Liberdade cidadã e a Questão do Negro na I República: caso do Vale do Paraíba Fluminense

José Jorge Siqueira¹

Resumo

Trata-se das reflexões iniciais de um projeto de pesquisa desenvolvidas no âmbito do Programa de Mestrado em História Social da Universidade Severino Sombra, na busca de esclarecer aspectos da transformação estrutural da sociedade regional quando ela da passagem da escravidão para o capitalismo e a República. Mais precisamente, estamos interessados em contrapor o estudo dessa transformação estrutural concernente à tipologia das relações sociais de trabalho à forma peculiar de concentração do capital e à formulação de práticas e representações sociais, frente ao que viria se denominar a Questão do Negro. Partimos do princípio que esta última somente poderá ser minimamente entendida com radicalidade se atrelada àquelas transformações gerais, explicando-as e sendo por elas explicada – retirando-a de um caráter meramente pontual.

Palavras-chave

Transição escravismo-capitalismo – Médio Vale do Paraíba Fluminense – Questão do Negro.

Abstract

These are the initial thoughts of a research project developed by us in the Masters Program in Social History of Severino Sombra University, seeking to clarify aspects of the structural transformation of the regional society in the passage from slavery to capitalism and the republic. More precisely we are interested in countering the study of structural transformation regarding the types of relationships of members work, the peculiar form of concentration of capital and the formulation of social representations and practices, compared to what would be called the Question of Negro. We assume that the latter can only be understood with minimal radicalism is tied to those changes, explaining them, but also being explained by them – consequently, also removing it from a unique cultural, minorities, or merely occasional.

Keywords

Transition-slavery capitalism – Middle Vale do Paraíba Fluminense – Question of the Negro.

O tema deste ensaio é o da liberdade. Ao menos, da “liberdade cidadã”, como diriam as lideranças do movimento abolicionista. Ao que acrescentaríamos: a liberdade nos termos liberal-burgueses triunfantes no Brasil de fins do século XIX e princípios do século XX – mas que nada mais podem aqui.

¹ Mestre em História pelo ICHF/UFF; doutor em História pelo IFCS/UFRJ. Foi pesquisador-associado junto ao Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Candido Mendes, 1982/1986, onde ainda atua na Pós-Graduação em História da África e do Negro no Brasil. É professor no Programa de Mestrado em História da Universidade Severino Sombra/Vassouras.

Como é já consagrado pela historiografia, o 13 de Maio de 1888 tem por significado profundo representar a conclusão de uma transformação mais ampla na sociedade brasileira, transformação de cunho estrutural, seja em termos econômicos, políticos ou de formas de consciência social. Se fôssemos usar a expressão no sentido de Fernand Braudel, diríamos que a data consagra o fim de um período de longa duração – no caso da sociedade brasileira, de mais de 350 anos. Com isso, estamos também tentando dizer que a história, enquanto disciplina, é passível de compreensão ou explicação via o emprego de conceitos teóricos, como quaisquer outras ciências. Tem, por isso, um objeto específico a ser estudado, com existência em si, e, portanto, com uma lógica de reprodução até certo ponto independente do sujeito (o historiador) que busca conhecê-la: a sociedade humana no tempo. Este objeto é relacionado aos fatos já ocorridos, posto que por excelência a história estuda o passado – daí trabalhar a “leitura” prospectiva face à época em si mesma.

Malgrado a complexidade, ao caráter muitas vezes aleatório e de grande imprevisibilidade, a dinâmica histórica pode possuir regularidades disponíveis à compreensão. Tal perspectiva epistemológica relativiza posições em teoria que estão a impossibilitar qualquer objetividade ao conhecimento produzido em história. Da mesma forma, estamos relativizando posições teóricas diante do que seria uma incongruência original desta disciplina, pois haveria uma impossibilidade lógica entre o passado (tido como um “ausente”) e a contingência de seu conhecimento – não se conheceria algo que não existe mais. Neste sentido, a historiografia estaria fadada a ser uma “ciência do espírito”, pura e simplesmente da “interpretação”, descolada da realidade, por definição intangível. Tal proposta pode levar ao subjetivismo radical dos historiadores – no limite, ao niilismo. Os historiadores, por assim dizer, tornar-se-iam infensos, deduz-se, da pertinência lógica das provas e contraprovas e das consequências epistemológicas de suas escolhas.

Consideramos, ao contrário, que o passado pode ser acessível à observação direta através de suas marcas registradas nos monumentos e memória; assim como partilhamos a ideia de que o relato sobre o passado não se transforma necessariamente numa forma de falseá-lo. Neste sentido, a narração retrospectiva pode transformar-se com legitimidade num refinamento e extensão de um ponto de vista que está embutido na própria ação anteriormente efetuada. Retrospectiva e antecipação na vida real podem se realizar no relato ex post. (Siqueira, 2007, p. 105)

Por inferência, partimos de perspectiva contrastante em termos de como conceber a possibilidade teórica do conhecimento em história. Procura-se desta forma trabalhar o real através conceitos e categorias de análise – aqueles parciais, restritos a determinados aspectos do

real, mas também com aqueles gerais, referentes a questões universais - capaz de dar conta, em síntese, da multidão de fatos particulares, “únicos”, “singulares”, os quais reiterados possibilitam a análise qualitativa. Consideramos que não se deve abdicar da possibilidade de lidar com a exegese de paradigmas científicos que buscam dar conta dessa dimensão dos conceitos teóricos, a exemplo do que ocorre nos fundamentos paradigmáticos implícitos no materialismo histórico (Marx, 1971; 1973; Engels, 1963; 1976), de imensa influência à direita e à esquerda; mas assim também no que ocorre nas pesadas e contundentes reavaliações desses mesmos paradigmas a partir de meados do século XX, especialmente em Eric Hobsbawm (1998), em E. P. Thompson (1998; 2001). Igualmente com o que se dá nesses termos (de teoria do conhecimento face à importância dos conceitos gerais) na Linguística (Saussure, 1969), na Psicanálise (Freud, 1973), no estruturalismo antropológico (Levy-Strauss, 1970), numa certa dimensão em Annales (Bloch, 2002; Fèbvre, 1980; Braudel, 1992) possuir, enfim, a humildade resultante da constatação das insuficiências de todo e qualquer modelo explicativo – um *non sequitor*?

Por tudo isso, enfatizamos a ideia inicial de perceber a Abolição da escravidão como representativa de uma mudança estrutural, característica da dinâmica de existência da sociedade brasileira no tempo: consagravam-se ali mudanças qualitativas universais nas relações sociais de trabalho, naquelas outras legitimadoras de poderes diversos; alteravam-se sobremaneira as formas de consciência social e visões de mundo das classes sociais. Mas a nossa questão aqui é o meio social dos descendentes de africanos. Essa gente foi referência central nas tentativas de explicação da sociedade escravista recém terminada. Como é possível que, obedecendo à nova normatização ideológica triunfante, se posso reduzi-la ao “silêncio da cor”? Como pensar as grandes questões da sociedade brasileira (a terra, o poder, a exploração do homem pelo homem, a cultura) abstraindo-se esta presença simplesmente fundamental?

Para além da relativa obviedade com que hoje se percebe não somente a mudança na estrutura da produção econômica, dada fundamentalmente à nova tipologia e tendências das relações sociais de trabalho a generalizar-se em maior ou menor grau pelas diversas regiões, especialmente na indústria, no comércio e serviços; mas, sobretudo dada a percepção a que se chegou sobre os efeitos via de regra desastrosos, anti-democráticos profundamente excludentes daquelas transformações para a maioria populacional dos descendentes de africanos no Brasil, cabe uma reflexão a respeito do que nos aparece, pela abrangência, decisivo para explicar tal situação ainda hoje constringedora: a dimensão cultural da questão.

Dissemos “relativa obviedade” com que hoje se percebe a questão cultural tendo em vista que até fins dos anos 40 do século XX, nos círculos acadêmicos, no meio culto em geral, não se tinha tanta clareza assim do fenômeno. Ao contrário, predominava até ali versão explicativa de

que com a Abolição cessara o “problema” dos descendentes de africanos na sociedade brasileira. Complacente etnicamente a sociedade brasileira fora incapaz do “ódio racial” (imaginem-se se tivesse sido), já como uma característica da fase escravista. Na visão clássica de Gilberto Freyre, aqui se praticara um escravismo o mais plástico, o mais democrático, o mais flexível, capaz de impossibilitar um problema sério nestes termos no momento histórico subsequente. (Freyre, 1992, p. XLVII) Nos anos 40 do século passado uma espécie de paradigma predominaria nas soluções explicativas para aquilo que se convencionou chamar de “democracia racial brasileira”: a tese de Donald Pierson. Extraída de seus estudos antropológicos feitos na cidade do Salvador naquela década, Pierson concluiria pela existência de uma sociedade “multirracial de classes”, sendo este último critério (o de classes) decisivo. Daí que as desigualdades devam ser explicadas tendo como determinantes a estrutura e a hierarquia daquelas (no melhor sentido marxista, em sua expressão), pois não haveria nenhum obstáculo formal que fixasse rigidamente o preto e o mulato em quaisquer segmentos sociais. Para ele uma prova cabal disso seria a ausência de preocupação com o conflito ou acomodação étnicos, e mesmo pelo fato – segundo ele – de a maioria dos pretos e mulatos já não se identificar com a tradição africana. (Pierson, 1977, p. 268-269)

Tese sedutora, dada a sutileza do racismo à brasileira, essa ideia faria sucesso à direita e à esquerda, calando fundo no meio social. Para nós, fundamentalmente, a solução explicativa de Pierson perde de vista uma questão essencial: a configuração histórico-sociológica da própria formação e reprodução das classes sociais no Brasil republicano, permeada por grave densidade cultural-ideológica de cunho preconceituoso, discriminatório e etnocêntrico, que tantas vantagens e desvantagens lhe traria. A começar pela concepção do imigrantismo de fins do século XIX e princípios do século XX; justo, portanto, de quando do fim da escravidão e, ao mesmo tempo, quando se propunha idade da “modernização” do “progresso” e da “civilização” para o país..

Como se sabe, os imigrantes viriam compor o ideal do novo trabalhador no campo e nas cidades, mas não só de trabalhadores viveriam esses cerca de dois milhões de pessoas recém-chegadas ao país. A porosidade cultural-ideológica então em formação lhes facilitaria em muitos casos a ascensão na sociedade extremamente competitiva que se inaugurava – de oportunidades “abertas” como se diria em sociologia. Do outro lado, essa armadura ideológica alienada das essências do povo formador da nação, desqualificava e barrava com artifícios morais, econômicos, políticos, estéticos, religiosos, e mesmo cientificistas o meio social de descendentes de africanos. Para se ter uma singela dimensão, já Machado de Assis, nascido no morro da Providência, ali pertinho do que fora o sinistro Cais do Valongo, quando adolescente, tinha pavor de ser confundido como um liberto. Seu pai fora um mulato, filho de ex-escravos, pintor de

paredes e dourador; o velho Francisco José de Assis, viúvo de portuguesa dos Açores, casa em segunda núpcia com uma mulata, tornando-a madrastra do jovem Joaquim Maria. Daí a proximidade com a fantasmagoria resultante da distinção tênue que a sociedade fazia questão de manter para (des) qualificar esses indivíduos, açulando-a nas oportunidades mais propícias.

As gerações de imigrantes tiveram por futuro, aproveitando ou não, a estrada aberta da competição liberal burguesa, inclusive em termos educacionais e científicos. Às massas sociais preta e parda (as exceções individuais existiram desde sempre, sob certas condições especiais) nem isso: restou-lhes, via de regra, o emparedamento e a adversidade culturais, de aviltantes e duradouras consequências a serem debitadas na auto-estima e limitações de horizontes sociais os mais diversos, estigmatizando-lhes gerações e gerações como ainda hoje isto se faz sentir. Ao fim e ao cabo, só mesmo muito samba de roda, muito chorinho, muito tambor de crioula, muito jongo, maracatus e Orixás – mais adiante ofertados generosamente ao patrimônio cultural da nação -, para se aguentar o tranco.

Por sua vez, também as antigas classes sociais originadas nas elites tradicionais do período escravista que se encerrara, reelaboram artifícios culturais e ideológicos de opressão étnica, agora cumprindo funções novas, determinadas pelas diferentes dinâmicas sociais, econômicas e políticas. Tratava-se então de opor o trabalhador liberto à questão fundiária, à questão da propriedade dos meios de produção em geral; tratava-se ainda do poder político, dos projetos de condução da sociedade emergente. Veja-se bem: não se trata de anacronismos, de perpetuar velha fantasmogoria de preceitos, como um dia se chegou a pensar, a exemplo de Florestan Fernandes (1965). Tratava-se, isto sim, de dar função nova a antigas formas de opressão cultural, no caso desqualificando a massa trabalhadora negra, já de saída negando-lhe a civilização, por atavismo africano; mas também tentando apagar suas tradições as mais caras como artífices, inscritas de forma indelével (o tempo um dia o resgataria) na obra já histórica de construção da sociedade pretérita. Estes trabalhadores e artistas seriam responsáveis, por exemplo, pelas pinturas e esculturas das igrejas do barroco pernambucano, mineiro, baiano e fluminense, pelos trabalhos nas minas ou em funções de especialização até mesmo na indústria urbana. Não se trata de mitificar o trabalhador descendente de africanos, mas de reconhecer que a sociedade era escravista e que essa era a imensa maioria dos trabalhadores. Todavia, restara de tudo aquilo o mau cidadão.

Com efeito, nos inícios de 1950, duas eméritas lideranças negras argumentaram de forma ousada e sábia ser um dos principais problemas da questão do negro no Brasil o que havia sido escrito sobre ele. De fato, Guerreiro Ramos logo debateria com ardor, de forma pioneira e polêmica, em *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*, o problema crucial do mimetismo científico à

brasileira, especialmente nas ciências sociais. E a questão do negro transformara-se em modelo exemplar disso, dada a importação dos ideais racistas produzidos alhures (especialmente nos EUA), a serviço de interesses escusos, mas que eram consumidos por aqui sem a devida depuração em confronto com nossa realidade histórico-sociológica. Conhecida a partir de si mesma, esta realidade poderia ter nos levado a outros caminhos explicativos – que acabaram por ter de vir, mas já tendo pagado um preço altíssimo tanto em termos científicos, quanto em termos sociais. Também Abdias Nascimento que, juntamente com o Guerreiro Ramos, organizara na ABI o I Congresso do Negro Brasileiro de 1950, afirmava ser a intenção do Congresso retirar o negro da condição de pura e simples “objeto de estudo”. Para ele, era preciso superar a tônica que destacava o lado “vistoso” e “ornamental” da vida negra; e partir daí, ao lado das análises, propor também medidas práticas e objetivas que atendessem aos diagnósticos mais prementes. (Ramos, 1995; Nascimento, 1968)

A rigor, se pode afirmar com boa margem de segurança que, de fato, a I República legou ao futuro do país um caldo de cultura conservador e inapropriado para se pensar (e sobretudo, superar) o caráter discriminatório e racista da sociedade brasileira. Fosse por tributária do estuário racial-biológico strictu senso, fosse pelos evolucionismos, darwinismos sociais e culturalismos etnocêntricos absolutamente predominantes à época. (Siqueira, 2006) Mesmo a literatura e a poesia quase nunca escaparam desses modelos. O próprio Machado de Assis escolheria como posto de observação da sociedade de época aquele das elites brancas (certamente o mais adequado a dar forma e sentido à atividade literária face às circunstâncias de seu tempo, mas que não era necessariamente o único), trazendo a lume o original de suas mais recônditas expressões morais e existenciais, pintando a cena daquele teatro de sombras do jogo político e dos negócios, como uma alma hamletizada.

Com tudo isso, dada a sua abrangência a impregnar as demais instâncias do real, queremos realçar o peso, a importância decisiva, ocupado pela dimensão cultural na configuração sempre dinâmica da chamada Questão do Negro na moderna sociedade brasileira.

Acompanhemos mais de perto a ordenação desse problema para o caso do Vale do Paraíba Fluminense, de fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Em 1872, muito próximo da Abolição da escravatura portanto, nosso primeiro censo demográfico geral registrava para o Rio de Janeiro uma população de 38,8% tida como branca, e 61,2% de negro e pardos – esta relação seria ainda expressiva, para o lado de negros e pardos, se considerarmos Pernambuco, a Bahia ou Minas Gerais, para ficarmos por aí. Pois em Vassouras, segundo o mesmo censo, três quartos da população era não branca. O peso desse segmento social é de tal maneira expressivo que certamente está a explicar as grandes variações

demográficas do período, a exemplo de uma queda populacional no município, entre 1872 e 1890 – passava de 10.664 para 9.666 habitantes -, obviamente debitada à primeira reação da massa de recém libertos: abandonar aquela cena de horror, rejubilar-se com a liberdade.

No séc. XIX, ainda em pleno período escravista, tamanha proporção era vista com aguda preocupação por parte das elites identificadas como brancas: estava percebido ali um potencial socialmente explosivo, de certa forma “dentro de casa”. A expressão “dentro de casa” deve ser relativizada, pois até mesmo os escravos domésticos podiam, por exemplo, ser proibidos de alcançarem o interior das residências pelas portas, acessando-as por alçapões que as ligavam aos porões – eis a lógica da convivência. O barão do Paty do Alferes, em sua Memória sobre a Fundação e Custeio de uma Fazenda, ressalta o detalhamento com que se devia enfrentar o problema, aconselhando a necessidade urgente de mais homens livres nas fazendas, sua proporção, armamentos e alianças. Desde a revolução haitiana de 1804, quando negros quilombolas lideraram o processo de Independência (a 2ª das Américas, seguida dos EUA) e o fim da escravidão na ex-colônia francesa, inclusive derrotando tropas de elite e planos de combate organizados pelo próprio Napoleão Bonaparte, desde então, o espectro da rebelião escrava passou a rondar mais intensamente a paz nas casas grandes, não só na região do Vale do Paraíba, mas em todo o país.

Não nos cabe aqui resgatar a sociabilidade das relações sociais escravistas; a mediocridade existencial que, via de regra, protagonizaram seus personagens mais comuns, tanto os da elite, quanto os da plebe. Com um adendo: o senhor não pode viver sem o escravo, mas o inverso não é verdadeiro. Daí a razão de provérbio contido na canção popular quando diz ser o negro “a raiz da liberdade”. Além do mais, a chamada “Questão do Negro” se ergue justamente por conta da Abolição, quando a sociedade se colocava diante da emergência do trabalho livre e da igualdade perante a lei. Haveria entre aquele gesto e essa intenção muitas pedras no caminho, a emparedar uma raça. –“Esperar, Esperar, Esperar!”, bradaria a poesia simbolista do catarinense filho de libertos João Cruz e Sousa.

De um lado, no meio rural – e a sociedade era predominantemente rural -, a permanência de toda uma rotina de trabalho durante muito tempo ainda bastante próxima daquela identificada com as recém eliminadas relações sociais de produção escravistas. Ou seja, nem tanto na fase de beneficiamento dos produtos agrícolas – aonde as inovações tecnológicas foram mais rápidas e transformadoras -, mas sobretudo na faina agrícola do plantio à colheita, o patamar tecnológico rústico (sequer o arado se generaliza como instrumento de trabalho, onde continua a prevalecer a enxada e a foice) esteve a induzir a permanência de relações de trabalho arcaicas, ainda que não mais propriamente escravistas. No limite, a baixa relação terra (em

grandes quantidades, ainda que monopolizadas)/trabalho (em menor proporção relativa) conformou o caráter extremamente opressivo das relações de trabalho emergentes com o fim da escravidão. Segurar a mão de obra no trabalho esteve a exigir mecanismos extra-econômicos, políticos e/ou de persuasão ideológica, afim de garantir sua permanência e regularidade. Daí se engendrar à época projetos de dominação de classes a partir das tradições culturais pertencentes ao período escravista, mas que agora funcionariam em bases inteiramente novas: eis que se erguem as ideologias do vagabundo, do bêbado, do desordeiro e do “primitivo” e inferior a estigmatizar de forma genérica o meio social afro-descendente. Aquilo que teria sido a solução para o funcionamento econômico-social por mais de trezentos anos, identificado na mão de obra vinda via tráfico atlântico de escravos – e que as classes dominantes até a última hora tentaram perpetuar -, torna-se uma espécie de estorvo ao “progresso”, à “modernidade”, à “civilização”, pois que o meio social negro/mulato teria sido “estragado” pela escravidão.

Ora, se o trabalhador era corrompido, anti-social, degenerado por costumes incivilizados, tratava-se de corrigi-lo, trazê-lo à ordem, em nome da moral burguesa então em evidência. Nada escaparia ao zelo normativo: a família negra desorganizada, o jovem negro cobiçado como aprendiz ao se educar, os costumes e tradições culturais como praticados pelos negros, tidos como antros de arruaças, bebedeiras, orgias, incivilidade; a religião de base africana jamais entendida como tal, transformando-se em objeto da perseguição policial, etc.

Mas, contraditoriamente, era preciso ordenar o trabalho da massa social negra e mulata. Ainda que com todo o cuidado para não parecer se estar voltando a escravidão – até porque intolerável pelo homem negro – eram visíveis os traços extremamente opressivos dessa iniciativas. Consideravam os fazendeiros que o liberto devia continuar o trabalho em termos ou grupos, dirigidos por fiscais ou vigilantes. Dificultava-se ao máximo a autonomia desse trabalhador, atribuindo-lhe a peja do “despreparo”, da “irresponsabilidade”, da “preguiça”, etc. O trabalho do liberto deveria restringir-se ao salário. No limite, o imigrante europeu encarnaria o protótipo do novo trabalhador ideal, ainda quando – como foi o caso na maioria das vezes – estivesse nas mesmas condições do trabalhador nacional. As ideias e projetos dos fazendeiros para o trabalho por empreitada do colono somente em último lugar aceita o lavrador preto ou pardo – e assim mesmo em casos onde não seria possível contar com o trabalho imigrante. E mais, sobretudo nos primeiros anos do pós-abolição, encorajava-se abertamente o direito da “sociedade” de penalizar quem não trabalhasse. Em outras palavras, o estigma ideológico, como um chicote ou pelourinho simbólico, foi então sistematicamente usado como instrumento de controle e exploração dos trabalhadores, aproximando-se seriamente de um regime de apartheid.

De acordo com Petruccelli (1993, p. 140) e segundo o Censo de 1872, para o município de Vassouras, 9 entre 10 pessoas negras eram ainda escravas naquele ano, num total de 6.100 pessoas. Já no Censo de 1890, obviamente já com todas elas livres, não se passava de 3.400 pessoas negras! Concluindo-se por significativo êxodo. Todavia, contrariamente ao que chegou a passar na cabeça da elite pensante dos escravocratas, à abolição não se seguiram atos de vingança de maiores proporções sociais. De certa forma, o projeto político do ex-escravo esgotou-se com a liberdade conquistada. Eis a razão de frase de Décio Saes (1985, p.284) quando afirma ter sido o escravo, por suas ações, a força principal do processo de liquidação final da escravidão, mas a classe média urbana – co-participante no processo abolicionista – foi a força dirigente, na medida em que apresentou o projeto político mais viável subsequente à abolição. Neste caso, limitando o abolicionismo ao ideário da “cidadania livre”.

De fato, quem se contou entre os abolicionistas mais conhecidos, entre negros e brancos, senão a engenheiros, jornalistas, estudantes universitários, professores, advogados, poetas, etc? A exemplo de José do Patrocínio, André Rebouças, Joaquim Nabuco, Carlos de Lacerda, Antônio Bento, Aristides Lobo, Rui Barbosa, Coelho Neto, Raul Pompéia, Crus e Souza, os estudantes da faculdade de Direito de São Paulo, do Recife, etc.

Ora, limitar os projetos abolicionistas ao ideário da “cidadania livre” significou objetivamente facilitar a subordinação do abolicionismo às utopias de classe do verdadeiro vencedor no momento seguinte à libertação dos escravos: os grandes proprietários, já não mais de escravos, mas de terras. Abortaram-se, por exemplo, iniciativas ainda que tímidas de reforma agrária. Enfraquecido pelos etnocentrismos e preconceitos, o abolicionismo de classe média perdeu-se em avaliações a propósito de uma pretensa inferioridade racial e/ou cultural do negro e seus mestiços, em plena época de Machado de Assis, Evaristo da Veiga, Lima Barreto, André Rebouças, Juliano Moreira, etc. Numa demonstração da seriedade da coisa, por que razões um engenheiro brilhante como o negro André Rebouças se suicidaria, auto-exilado em África, justamente no imediato pós-abolição?

Na realidade, um círculo de ferro vinha se consolidando na cultura brasileira desde fins do sc. XIX, quando a própria ciência de época, alienada da condição histórico-sociológica do país, incorpora viés racial como preconizado pela sociologia e pela antropologia difundida nos EUA e Europa. Praticamente todos os centros produtores de saber nacionais (faculdades de medicina, de direito, museus etnográficos, institutos históricos e geográficos, etc) basearam seus estudos no que consideravam inferioridade e superioridade das “raças” (assim, no plural) humanas. O melhor da intelectualidade brasileira raramente escaparia desse círculo vicioso, que ainda adentraria o século XX afora, como de quase inextrincável solução. Numa exceção à regra, o

poeta negro catarinense, filho de libertos que se tornaria um dos mais importantes do simbolismo mundial, ao lado de Mallarmé e Stepan George, perguntar-se-ia no poema-prosa “O Emparedado”: “Qual é a cor da minha forma, do meu sentir? Qual é a cor da tempestade de dilacerações que me abala? Qual a dos meus sonhos e gritos? Qual a dos meus desejos e febre?” (Cruz e Sousa, s/d)

Em Vassouras alguns dados frios, mas de alto valor simbólico, estão a objetivar o drama: numa estrutura ocupacional do município, entre 1889 e 1893, construída a partir da profissão dos pais de recém-nascidos (um dos raros tipo de fontes onde ainda se detecta profissão e cor, sim pois emergira com a abolição o silêncio da cor), tem-se que não há um único funcionário público, um único comerciante, um único capitalista ou industrial negro. Com a exceção de um pardo, a garantir a regra, a mesma proporção aconteceria com os membros do judiciário (magistrados, juizes, advogados). Três quartos da população negra era então classificada como trabalhadores e jornaleiros, demonstrando assim sequer relação importante com a propriedade da terra. (Petruccelli, 1993, p.141). Ressalte-se ainda uma vez a própria dificuldade de situar sociologicamente o meio social negro/pardo, pois curiosamente ele passa a ser tratado sem esta distinção tão referente no regime anterior. Agora, como diria um articulista do jornal *O Vassourense* em outubro de 1891, “Lembrai-vos de que negros acabaram e que em vez deles ficaram apenas indivíduos de cor preta, amantes da família, da religião e da Pátria”. Concluindo de forma retumbante: “Avante! Pois, cidadãos!”.

Considere-se o relativo decréscimo da atividade cafeeicultora em Vassouras no pós-abolição, de resto uma característica dessa lavoura no Rio de Janeiro. A produção cafeeira no Estado, em 1892, representava 30,3% do total produzido no país, ao passo que, em 1895, já representava apenas 14,9% daquele total. Tais números se dão em meio à queda dos preços internacionais do produto, em boa medida determinada pela entrada de concorrentes no mercado, a exemplo da Colômbia, da Venezuela, da Costa Rica, dos países africanos, explicando que as aproximadamente 100 mil toneladas produzidas no Rio de Janeiro em 1891-92, tenha passado para 60 mil em 1895-96. A não absorção do liberto de forma generalizada em relações mais estáveis e promissoras com a terra (o colono, o arrendatário, o pequeno e o médio proprietário), juntamente com o decréscimo da atividade na grande lavoura, explicam certa tendência do meio social negro/mulato em ser deslocado para as periferias dos centros urbanos da região – o que se agrava com a posterior transformação em pastos e pecuária as atividades da grande fazenda, exigindo assim menos mão de obra.

Todavia, o Médio Vale do Paraíba Fluminense é região privilegiada por sua localização, situada entre duas maiores cidades do país e conseqüentemente seus respectivos mercados. É de

se notar a importância desde cedo – posto que um legado da cafeicultura – dos meios de transporte a viabilizar o intercâmbio entre essas regiões – o que incluiria Minas Gerais e as transações intra no próprio Médio Vale do Paraíba, fosse pelas condições de navegabilidade do Paraíba no séc. XIX, a cruzar a região e desembocar no mar; fosse pelo complexo ferroviário local, um dos mais importantes do país, ligando o Vale entre si, e a Minas Gerais, São Paulo e à capital federal.

Em 1908, dos espólios da fazenda dos Correa e Castro, o frigorífico Anglo adquire suas terras e as transforma em pastos para a criação, processo que ocorreria com várias outras grandes propriedades. Em 1914, funda-se na cidade de Vassouras a Fábrica de Tecidos São Luiz, acompanhando tendência industrial da época no país.

Este empreendimento foi resultante da fusão de capitais originados em fazendeiros e comerciantes – como aconteceria na época em outras regiões do país -, o que de certa maneira explica as dificuldades gerenciais iniciais, dada a falta de tradição neste tipo de negócio. Ou seja, nem patrões, nem empregados, possuíam competência industrial. Já o próprio projeto de construção da fábrica São Luiz fora entregue ao engenheiro inglês Thomas Henry Small, em 1913. A fragilidade do empreendimento, típica de uma economia e sociedade como a brasileira à época (por exemplo, dente outros motivos, dada a existência de mercado consumidor extremamente acanhado), era notada ainda na ausência de cursos de preparação de trabalhadores especializados – a experiência era passada de um para outro -, dificuldades de adquirir maquinaria devido à I Guerra Mundial, também para o reparo desta mesma maquinaria, os altos custos relativos da fabricação, etc.

Todavia, a fábrica funcionaria até 1972, produzindo brins, zefiras, morins, tecidos crus, primando pelo bom acabamento e tendo como seu principal mercado consumidor a cidade do Rio de Janeiro. Não há notícias de greves em todo o período de seu funcionamento. Muitos trabalhadores permaneceram na fábrica até a aposentadoria. Para o tema que mais nos interessa aqui – demonstrando que ele não é algo isolado ou pitoresco, mais ao contrário, pertencente às questões estruturais de constituição da sociedade – é de impressionar na iconografia da fábrica, exemplificada em fotografias de princípio do século, a ausência de trabalhadores negros e mesmo mulatos (numa concessão aos padrões racistas). Em depoimentos colhidos junto a velhos operários aposentados, Maria Fernanda Ricci, (2003) já em fins dos anos de 1990, encontra relatos declarando a existência do preconceito em aceitar negros na fábrica como colegas de trabalho – os próprios operários muita das vezes indicavam os candidatos às vagas. Fato que se estendia aos bailes promovidos pelo bloco carnavalesco da empresa.

O avanço das relações capitalistas no município de Vassouras e na região do Médio Vale no imediato pós-abolição é também atestado na criação de fábricas de cal de pedra, de bebidas. Em Paulo de Frontin, fábrica de guarda-chuvas e chapéus, de fogos de artifícios, uma grande olaria. Em Demétrio Ribeiro, fábrica de pasta de papel e de papelão comprimido, indústrias de moagens diversas, fábrica de macarrão, oficinas beneficiamento de café. Em Paracambi, fábrica de banha de animal, além da indústria têxtil existente desde meados do séc. XIX, fundada ali por ingleses. Em Mendes, a Fábrica de Papel Itacolomy, a Fábrica de Fósforos Bandeirinhas, ambas de 1889, a Fábrica de Cerveja Brahma, o frigorífico Anglo referido. As fábricas de Pau-Grande, nos limites entre Vassouras e Iguaçú. Em Valença, a Empresa Industrial de Valença, a Cia. Progresso de Valença, a Cia. De Tiras, Bordados e Rendas Valencianas, a Fiação Santa Rosa – esta última funcionava com energia produzida por própria usina de força de 1.000 H.P. em 1929, fornecendo energia a outras fábricas congêneres.

Próxima aos algodoais de São Paulo, a indústria têxtil de Valença gozou de isenção de impostos e de mão de obra barata. Produzia então milhões de metros em têxteis, empregando cerca de 800 operários. No início do século XX, a energia provinha da já inaugurada Light and Power Company Limited, criada no município de Pirai em 1904. Também neste município, através de empréstimos conseguidos via o capitalista Guilherme Guinle, junto a Herm Stoltz & Cia. e o Banco Brasileiro Alemão, em 1927, funda-se a Companhia Industrial Pirahy, sociedade anônima, com sede na cidade do Rio de Janeiro, consolidando um capital de um milhão e oitocentos mil contos de réis. Fabricar-se-ia no empreendimento, cerâmica e papel, com o que havia de mais moderno em termos de tecnologia: casa de força com capacidade para 700 K.V.A, motores elétricos, dínamos, geradores de corrente contínua, fornos Hoffman, diversos edifícios e pavilhões, escritórios, depósitos, oficinas, etc.

É necessário estar atento às transformações capitalistas nas propriedades agrícolas, especialmente as grandes, seja pela modernização tecnológica da produção – sobretudo na fase de beneficiamento dos produtos, ao contrário da fase de plantio e colheita -, seja pelos métodos administrativos. Numa região ainda eminentemente agrícola, esta dimensão não deve estar ausente das análises. Assim, nos 900 inventários post mortem entre 1888 e 1930 por nós pesquisados, a partir dos arquivos municipais de Pirai e Vassouras (portando, com abrangência sobre Barra do Pirai, Mendes, Paty do Alferes, Sacra Família do Tinguá, Mendes, Paracambi, Governador Portela, Paulo de Frontin), é visível a incorporação pelas unidades agrícolas de meios de trabalho industriais, a exemplo da energia elétrica, moinhos, fornos, ventiladores, descaroadores, balanças, enfim instrumentos de trabalho já produzidos por “indústrias” ou oficinas urbanas.

Barra do Pirai, em 1921, possui fábrica de alimentos (massas) totalmente movida a energia elétrica. No final dos anos 30, em Barra Mansa, a Metalúrgica Barbará e a Siderúrgica Barra Mansa atendem à demanda de pequenas oficinas mecânicas dos municípios limítrofes, servidos pelo entroncamento ferroviário da região. Esta atividade local a dotaria de tradição neste ramo industrial, servindo de base ao futuro complexo siderúrgico da cidade, já nos anos 40 do século XX, quando se funda ali a maior siderúrgica do país à época, tão bem localizada às margens do rio Paraíba do Sul, entre São Paulo e o Rio de Janeiro, próxima da produção ferrífera de Minas Gerais. Em 1940, 34,8% da população do Vale do Paraíba Fluminense já habita as áreas urbanas. Em 1960, esta percentagem atinge 61% dos 503.430 habitantes da região.

Todavia, este processo de formação do capitalismo foi capaz de aprofundar as desigualdades étnicas, mantendo em compasso de espera sucessivas gerações de brasileiros negros, apenas periféricamente usufruindo das modernas posições. Assim, numa região onde a imigração européia não fora tão significativa, os benefícios alcançados pelo imigrante em minoria, logo se transformam em expressivos ganhos, quando comparados ao marca-passo do meio social afro-descendente. Certamente valores culturais foram decisivos para a contra corrente opressiva e discriminatória.

Se sabe que os imigrantes italianos que vieram para o Brasil, em sua maioria, possuíam níveis econômicos e culturais os mais baixos – muitas vezes, por exemplo, analfabetos em sua própria língua. Entretanto, recebidos com a auréola dos estereótipos positivos, frente aos novos ideais do trabalho livre, da modernidade e da civilização, lograram com muita mais chances que o afro-descendente a ascensão social ou padrões mais seguros ou promissores da sobrevivência. Foram melhor aceitos como colonos e arrendatários nos latifúndios – via de regra, ao liberto, apenas a jornada assalariada – e enquanto tais passam a produzir alimentos para si e não raro para a venda, além do que recebiam pelo trato do cafezal e pela colheita, possibilitando-lhes com parcimônia e moderação, o acúmulo de pecúlio. Recebiam moradia, como era comum, contavam com incentivos dos fazendeiros a lhes dar segurança no trabalho. Eram pagos por tarefas extraordinárias. Não raro, com muito esforço coletivo, familiar, tais relações possibilitaram a criação de excedentes, vendidos aos próprios fazendeiros ou no mercado. Também possibilitaria a formação de capitais para a compra de terras, geralmente a prazo, agregando propriedades aos poucos – os casamentos entre si podia ser uma estratégia de acumulação -, mesmo quando as terras fossem de menor valor ou improdutivas nos latifúndios. Possuíram, via de regra, maior credibilidade para empréstimos, hipotecas, comumente entre eles próprios. Não raro transformaram-se em comerciantes (padarias, vendas a retalho, etc) ou pequenos “industriais”. Desenvolveram verdadeira paixão pela terra e pelos negócios em família, certamente a significar a

liberdade de ação e com isso as estratégias de parcimônia na alimentação, no vestuário, na poupança enfim, das primeiras gerações.

Tudo isso seria o inverso do que se destinara ao afro-descendente. Proveniente de quadro familiar dilacerado pela escravidão tornar-se-ia extremamente difícil a recomposição desses laços, dadas as adversidades montadas pelos novos tempos. Os jornais da região, por exemplo, apontam a onda de casamentos entre afro-brasileiros logo após a abolição, como a apressar a busca da dignidade social – malgrado as reclamações dos relativos altos custos deste procedimento civil. Nos registros do Livro de Casamento de Pessoas Livres da Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, entre junho e dezembro de 1888, foram anotados 96 casamentos, sendo 18 de libertos (18,75%). Entretanto, entre os 36 nubentes negros e pardos, 31 deles eram filhos naturais (sem pais reconhecidos legalmente) e 26 identificados apenas pelo primeiro nome, sem sobrenome – imagine-se a partir daí as dificuldades para outros procedimentos legais de mercado.

Casaram-se assim Benedito com Maria Cândida das Dores, libertos da Fazenda do Dr. Francisco Alvez de Azevedo Macedo. Eles eram ex-escravos, já com filhos, solicitam ao fazendeiro (sic) o casamento oficial, em nome da moral e da religião. Assim também com Policarpo, 30 anos, filho natural de Geralda, com Batista, 19 anos, filha natural de Anna. Ou o Cesário Rodrigues de Campos, 40 anos, natural da Costa da África e batizado na freguesia de Vassouras, com Maria da Conceição, liberta. Até então em concubinato, casaram-se Tobias Teixeira Leite (certamente o sobrenome dos poderosos patrões, de onde saíram o barão de Vassouras e Eufrásia Teixeira Leite, grande benemérita da cidade em seu milionário espólio), filho natural de Ângela, com Edwiges, liberta, filha natural de Serafim. Também Felipe, 28, filho natural de Perciliana, liberta, ambos naturais, batizados e moradores da freguesia, etc. Procedendo-se os cálculos sobre os dados do Censo de 1890, para o sexo masculino, tem-se em Piraí, no universo de 3370 pretos e pardos, 42,2% já se encontravam casados, face a 43,2% de 2323 dos brancos. Proporção que em Vassouras, encontraria 63%⁸⁶ dos pretos e pardos já casados, num universo de 7388 pessoas, face aos 38,35% dos brancos, que contavam 4993 pessoas. Ao passo que em Barra do Piraí, no universo de 4574 pretos e pardos 27,51% eram já casados, face aos 32,7% entre os 2581 brancos.

Por sua vez, abundam na imprensa de época análises maledicentes a propósito da nova condição social daqueles que eram a maioria da população e co-responsáveis por tudo o que se construía até então. Luis Alvez Monteiro diz num artigo publicado no o influente *O Vassourense*, em outubro de 1891: “Aos libertos a generosidade do coração brasileiro lhes entregou a liberdade. Todavia são insociáveis no que se aprazem, sem princípios, nem educação para o

trabalho, sem a menor ou tênue centelha que lhes ilumine a razão. Sem estímulos, ou responsabilidade, da presente geração de libertos não se pode esperar que a instrução lhes desanuvie o cérebro. O labor o homem civilizado aceita como um dever como um dever, fonte de felicidade. Os libertos estão desviados das leis sociais, por ativismo; em cada município, um terço, a metade, e às vezes mais, compõem a desproporção entre a classe ociosa e inimiga declarada de todo regime de trabalho (causa da escassez e do abandono dos campos). Tratava-se, pois, de abraçar a imigração estrangeira, evitar o livre arbítrio das turbas, combater a tolerância das classes superiores.” (sic)

As Atas da Câmara Municipal de Vassouras volta e meia reprisam o tema, como no aconselhamento de 05. 02 de 1893: “Desinfestada as ruas de grandes maltas de vadios que se exercitam em capoeiragem e depravação em costumes imorais. Quão útil não seria a instrução escolar aconselhar a ocupação das coisas úteis”. Por sua vez, ao comentar sobre o Asilo Furquim, Lindorf Albert Brandão, no Vassourense de 27.08.1893, constata a superlotação por libertos, “entregues à embriagues, pouco trabalhando, completamente alheios à mais elementar noção do dever; ainda que conservando a fé religiosa”, diz. Anota o grande número de crianças sem proteção do governo, criados do servir (sem pagamentos), mal vestidos e privados de escola, ou entregue a seus pais, cujo exemplo é o da vadiagem e vícios; quando adultos, como compreenderão dos deveres de bons cidadãos?”, pergunta-se.

Para quem se iludiu com o desfecho oferecido pela abolição – em verdade, o país perdeu ali a primeira grande oportunidade de transformar-se numa democracia equilibrada e culturalmente plural -, certamente causaria perplexidade constatar o que se encontra em inúmeros processos judiciais ditos de “soldada”, espalhados pela região do Vale no imediato pós-abolição. Por eles, crianças negras e pardas, filhos de libertos, geralmente de pais naturais, são entregues legalmente a uma família de “reputação ilibada” para “cria-los”, “educando-os”, ao mesmo tempo em que exploravam seu trabalho. Este tipo de contrato era lavrado em cartório e supunha o pagamento de uma “soldada”, ou seja, uma quantia mensal, trimestral ou semestral, depositada na Caixa Econômica, em forma de caderneta, para uso após o fim do acordo. Obrigava-se o tutor a alimentá-las, vesti-las, trata-las nas enfermidades, dar-lhes “educação”, como se dizia, “compatível com sua condição”. Em troca, essas crianças prestariam serviços, também como se dizia nos autos, “conforme suas forças”.

Assim, geralmente com uma linguagem que de saída menosprezava a família negra, fazendeiros, comendadores, barões, gentes de classe média (militares, professoras, administradores de fazenda, etc), justificavam perante a justiça legitimidade do ato. São comuns nos contratos referências aos pais tidos como fulana “que não tem bons costumes”; ou que

juntamente com seu amásio, idem; os filhos seriam “ilegítimos”, de gente “com conduta péssima”. Às vezes a própria mãe da criança propõe o contrato soldada “por sua baixa condição” e “incapacidade de criar a criança”; o pai que estaria “em constante estado de embriagues”; a mãe sem idoneidade para educar e tratar a filha, pois “de costumes desregrados e vivendo amasiada”, etc.

Há casos de fugas de menores, a exemplo de João, 15 anos, filho natural da liberta Maria Thereza, a qual, “sem bons costumes”, entrega à soldada seus três filhos a um fazendeiro de Vassouras. Constatada a fuga o fazendeiro solicita ao juiz municipal um mandado de apreensão do menor e propõe a criação de oficiais “ad hoc” para empreender uma verdadeira caça ao menino. Este contrato, por sinal, complicar-se-ia ainda mais, pois Maria Thereza e seu “amásio” requerem de volta outra filha entregue ao fazendeiro. Este ao relutar em desfazer o acordo provoca cenas de desagravo a terminar nas portas de delegacia.

Há o caso de Cesário, 12 anos, filho natural de Antonina que, dois anos após ser colocado sob regime de tutela à soldada, já se encontra preso por crime de assassinato. O que enseja do tutor pedido de fim do contrato, mas até o fim da prisão! Há casos em que o tutor já de saída, em juízo, se desobriga do encargo da educação escolar primária, alegando a distância da escola pública. Percebe-se também nos contratos a variação dos valores da soldada, para mais, de acordo com a idade do menor – e, conseqüentemente, sua capacidade de trabalhar.

Há o caso rumoroso – dado a repercussão na imprensa – de Corina, 12 anos, analfabeta, filha natural da liberta Felicidade, a qual move o que acabaria num longo e tortuoso processo judicial por conta dos castigos e sevícias sofridos pela menina e praticados pela baronesa de Avelar. Iniciado em 1893, cheio de idas e vindas, o processo encontrar-se-ia ainda em aberto em 1974! Ainda este ano, em edital, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro convoca os interessados para, “no prazo de 30 dias”, manifestarem seu interesse pelo andamento do feito.

Em junho de 1888, somente um fazendeiro de Vassouras, da Fazenda de São Roque, requer a custódia, via contrato de soldada, de 25 menores, entre 7 e 16 anos: Izidoro, Orsina, Faustina, Ozório, Coleta, Vital, Gertrudes, Eunácio, Creuza, Celeste, Cora, Horácio, Lília, Tibério, Severino, Corina, Amaro, Balbina, Cândida, Gaspar, Leonel, Napoleão, César, Miguel, Gonçalo.

Ainda uma vez, cabem reparos em soluções explicativas de entendimento da condição social dos libertos da escravidão. Agora para versões mais recentes.

Stanley Stein no já clássico livro sobre a economia e sociedade de Vassouras entre 1850 e 1900 dispõe uma conclusão controversa, quando afirma que os negros trabalhadores do campo e escravos da casa não foram integrados à sociedade brasileira, posto que, “despreparados” para a

liberdade, foram deixados à própria “sorte” após a Abolição. Essa ideia de “despreparados” é uma tese também prevista em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, de Florestan Fernandes, no caso, atribuindo a uma “anomia”, a uma “patologia social” do meio negro para lidar com a “liberdade”. Chega-se à patética conclusão de que a Abolição foi um fardo para o liberto! (Fernandes, 1965, p. 15-250) Por sua vez, terá sido uma questão de “sorte” depender daquele ambiente histórico soturno característico ao *day after* abolicionista? Não caberia perguntar – à feição de Nietzsche – sobre quem estava preparado para a Liberdade?

No referencial livro de Carlos Hasenbalg sobre discriminação e as desigualdades raciais no Brasil há igualmente uma conclusão no mínimo insólita: “Nenhuma ideologia racista elaborada ou formas de organização brancas para lidar com uma ‘ameaça negra’ são – na sociedade brasileira – distinguíveis”. (Hasenbalg, 1979, p. 224) Ora, e o que dizer do entulho, verdadeiro calvário de iniquidades racistas – é bem verdade, quase sempre dissimulados -, ferozmente praticados?

Existe ainda a possibilidade de ver a questão sob a ótica das relações sociais de produção. Neste caso, como em *O Cativo da Terra* de José de Souza Martins, nas novas relações sociais não haveria lugar para o trabalhador que considerasse a liberdade como negação do trabalho – que supõe ser o caso do escravo negro ou do liberto. Ao contrário, o tempo era do trabalhador que considerasse o trabalho como uma virtude da liberdade – atributo, no caso, exclusivo do imigrante europeu. (Martins, 1968, p. 17)

Ora, no Rio de Janeiro, mesmo antes da Abolição – como se sabe, esta quando chega pega a maioria dos negros já na condição de livres, mesmo no Sudeste, última grande área escravista do país -, as listas profissionais dos arquivos apontam o liberto como artesão, trabalhador doméstico, trabalhador de rua, trabalhador de comércio, trabalhador marítimo, alfaiate, acendedor, bombeiro, caieiro, calceteiro, calafate, canteiro, carpinteiro, cavouqueiro, domador, encanador, ferreiro, encardenador, funileiro, marceneiro, padeiro, pedreiro, pintor, sapateiro, servente, servente de pedreiro, torrador de café, trabalhador no telégrafo. E ainda comumente, copeiro, costureira, cozinheiro, engomadeiro, jardineiro, lavadeira, lavador de garrafas; barbeiro volante, carregador de água, carregador de café, carreiro, cocheiro, doceiro, ganhador, mascate; pombeiro, quintandeiro, vendedor de almoços, vendedor de tremoços.

Todavia, veja-se a lista dos motivos mais comuns da prisão dessas pessoas, entre 1860 e 1900, os quais poderiam ser sacados por qualquer um, a qualquer momento, confundindo o escravo e o liberto, aparentados pela cor, como – já dizia o poeta – a emparedar uma raça: algazarra, andar ao ganho sem licença, não assinar termo de bem viver, batuque, averiguação sobre sua condição, capoeira, desordem, embriaguez, vagabundagem, feitiçaria, fora de horas,

infração de posturas, ofensas de ser escravo fugido, não ter ocupação certa, encontrado em orgias, desrespeitar a autoridade. (Gomes, 2005, p. 244)

Em termos de “teoria do desenvolvimento” Celso Furtado foi pioneiro: “Não adianta crescer, se o desenvolvimento é tão desigual”. (Furtado, 2003) Ora, a sociedade brasileira do século XX, em termos de PIB, multiplicou-se cerca de 100 vezes. (IBGE, 2003) Entretanto, permaneceu intocado o problema da profunda injustiça social: as mazelas da concentração fundiária, o extraordinário êxodo rural, o inchaço das cidades, o subemprego, uma das maiores concentrações de renda do planeta; o alto padrão de consumo das elites, somente comparável aos países ricos, deformando as prioridades econômico-financeiras de uma sociedade realmente independente, etc. Diante da tenacidade aparentemente inquebrantável desse quadro degradante Furtado inclina-se por sugerir um fator não-econômico, considerado por ele como decisivo, posto justo no âmago da mesquinha dinâmica: o fator cultural.

Estivemos todo o tempo aqui a defender a dimensão cultural como determinante para explicar a Questão do Negro no Brasil moderno, leia-se a questão das grandes massas populacionais do país. Defendemos, pois, a ideia de não ser esta Questão um tema pontual; numa sociedade como a brasileira, uma controvérsia de “minorias”. Ao contrário, amadurecemos a convicção de seu pertencimento ao quadro das transformações estruturais do país. (Siqueira, 2006) Tínhamos um grande aliado e não sabíamos!

Fontes e Referências bibliográficas

Fontes

Arquivo Municipal de Vassouras. Jornal O Município, 1902-1917.

Arquivo Municipal de Vassouras. Jornal O Vassourense, 1888-1896.

Arquivo Municipal de Piraí. Inventários Post-Mortem, 1888-1916.

Arquivo Municipal de Piraí. Livro de Lançamentos Comerciais e de Impostos de Indústrias e Profissões da Prefeitura Municipal, 1885-1930.

BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento da População do Império do Brasil a que se procedeu no 1º de agosto de 1872. Rio de Janeiro: Oficina Estatística.

BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento da População da República dos Estados Unidos Do Brasil, em 31 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro: Oficina Estatística.

Boletins da Sociedade Central de Imigração. Rio de Janeiro: Typ. Universal Laemmert, 1883-1884.

Centro de Documentação Histórica/Universidade Severino Sombra. Inventários Post-Mortem, 1888-1930.

Centro de Documentação Histórica/USS. Processos de Soldada, 1888-1890.

Centro de Documentação Histórica/USS. Livro de Casamento de Pessoas Livres. Matriz de N. Sra. Da Conceição de Vassouras, 1888-1895.

Centro de Documentação Histórica/USS. Livro de Assento de Óbitos de Pessoas Livres, 1888-1908.

IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: 2003.

Referências

BLOCH, Marc. Apologia da História. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre a História. São Paulo: Perspectiva, 1992.

DEAN, Warren. A ferro e fogo. A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

ENGELS, Friedrich. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. Obras Escolhidas. Vol. 3. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1963.

_____. Anti-Duhring. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FEBVRE, Lucien. Combates pela História. 3ª ed. Lisboa: Presença, 1989.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. 2ª ed. São Paulo: Dominus/EDUSP, 1965. 2 v.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. 28ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.

FREUD, Sigmund. Introducción al psicoanálisis. Madri: Alianza Editorial, 1973.

FURTADO, Celso. IBGE. Centro de Informações e Disseminação de Informações. Estatísticas do Século XX. Entrevista com Celso Furtado. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

GOMES, Flávio dos Santos, FARIAS, Juliana Barreto, SOARES, Carlos Eugênio Líbano. No Labirinto das Nações. Africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

HASENBALG, Carlos. Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOBBSAWM, Eric. Sobre História. Ensaio. São Paulo: Unesp, 1998.

LEVY-STRAUSS, Claude. A Antropologia Estrutural. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

MARTINS, José de Souza. O Cativo da Terra. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, Karl. El método de la economía política. Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (borrador), 1857-1858. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1973.

- _____. Para a Crítica da Economia Política. Prefácio. 2ª ed. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1978.
- MOURA, Clóvis. Os quilombos e a rebeldia negra. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- NASCIMENTO, Abdias. O Negro Revoltado. Rio de Janeiro: GDR, 1968.
- PETRUCCELLI, José Luís. Brésil, reproduction de la population, structure sociale et migrations, 1889-1929. Mobilité sociale et métissage dans deux ‘municípios’ de l’etat de Rio de Janeiro. Paris: École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1993. Tese de douramento.
- PIERSON, Donald. Brancos e Negros na Bahia (estudo de contato racial). 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1977.
- RICCI, Maria Fernanda. A tessitura de uma comunidade fabril: a experiência da Cia. Têxtil São Luís, 1930-1936. Vassouras: Programa de Mestrado em História/USS, 2000. Dissertação de Mestrado.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. Introdução crítica à sociologia brasileira. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 1995.
- SAES, Décio. Classe média e política na Primeira República brasileira, 1889-1930. Petrópolis: Vozes, 1975.
- SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Linguística Geral. São Paulo: Cultrix, 2004.
- SIQUEIRA, José Jorge. Entre Orfeu e Xangô. A emergência de uma nova consciência sobre a questão do negro no Brasil, 1944/1968. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.
- _____. “Ciro Flamarion e Keith Jenkins: a propósito da concepção pós-moderna em História”. Revista do Mestrado de História. Programa de Mestrado em História Social/Universidade Severino Sombra. 9. Vassouras: USS, 1998.
- STEIN, J. Stanley. Vassouras. Um município brasileiro do café, 1850-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- SOUSA, João Cruz e. Obra completa. Rio de Janeiro: Anuários do Brasil, s/d.
- THOMPSON, Paul Edward. A miséria da teoria. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.